

ARTIGO 19.º
(Organigrama)

O organigrama da Direcção Nacional de Florestas é o constante do Anexo II ao presente regulamento do qual é parte integrante.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

ANEXO I

Quadro de pessoal da Direcção Nacional de Florestas a que se refere o artigo 18.º do presente regulamento

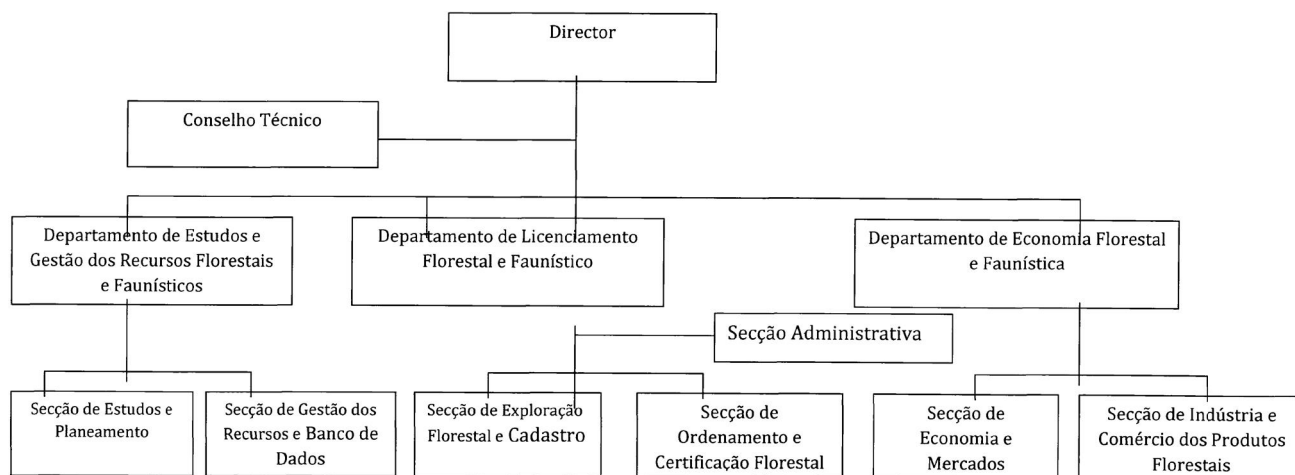
Grupo de pessoal	Categoria/cargo	Número de Lugares
Direcção e Chefia	Director	1
	Chefe de Departamento	3
	Chefe de Secção	7

Grupo de pessoal	Categoria/cargo	Número de Lugares
Técnico Superior	Assessor Principal	1
	1.º Assessor	1
	Assessor	2
	Técnico Superior Principal	3
	Técnico Superior de 2.ª Classe	5
Técnico Médio	Técnico Médio de 1.ª Classe	1
	Técnico Médio de 2.ª Classe	3
	Técnico Médio de 3.ª Classe	5
Administrativo	Oficial Administrativo Principal	1
	Oficial Administrativo de 3.ª Classe	1
	Aspirante	1
	Escriturário-dactilógrafo	1
Auxiliar	Auxiliar de Limpeza Principal	2
	Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe	1
	Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe	1

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

ANEXO II

Organigrama da Direcção Nacional de Florestas a que se refere o artigo 19.º do presente regulamento



O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Decreto Executivo n.º 185/13
de 31 de Maio**

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e funcionamento do Gabinete de Segurança Alimentar a que se refere o artigo 13.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, aprovado por Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É aprovado o regulamento interno do Gabinete de Segurança Alimentar do Ministério da Agricultura, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Agricultura.

3.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Maio de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE DE SEGURANÇA ALIMENTAR

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Definição)

O Gabinete de Segurança Alimentar, abreviadamente designado por GSA, é o serviço de apoio técnico do Ministério da Agricultura, que tem como funções o acompanhamento das políticas e estratégias que permitam assegurar a todos e em qualquer ocasião, o acesso material e económico dos alimentos de base de que tenham necessidade.

ARTIGO 2.º (Atribuições)

O Gabinete de Segurança Alimentar tem as atribuições seguintes:

- a) definir, coordenar e acompanhar a implementação de políticas e estratégias que permitam melhorar a segurança alimentar das populações;
- b) realizar estudos em questões relativas às normas de controlo de qualidade dos alimentos;
- c) Calcular o défice alimentar e alertar os órgãos competentes sobre a magnitude da situação e propor medidas alternativas para debelar ou suprir os efeitos a ele inerentes, através de um sistema de alerta rápido;
- d) criar um sistema de acompanhamento das importações de produtos alimentares de base, incluindo ajudas alimentares;
- e) realizar estudos sobre a utilização de reservas alimentares em caso de emergência;
- f) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

CAPÍTULO II Organização

ARTIGO 3.º (Estrutura Orgânica)

O Gabinete de Segurança Alimentar tem a estrutura seguinte:

- a) Direcção;
- b) Conselho Técnico;
- c) Departamento de Monitoria de Segurança Alimentar;
- d) Departamento de Alerta Rápido;
- e) Departamento de Mercados e Preços;
- f) Secretariado de Direcção.

ARTIGO 4.º (Direcção)

1. O Gabinete de Segurança Alimentar é dirigido por um responsável com categoria de director nacional ao qual compete:

- a) dirigir e coordenar todas as actividades do Gabinete;
- b) garantir a execução da política do Sector no limite das suas atribuições;
- c) responder pela actividade do Gabinete perante o Ministro ou a quem este delegar;
- d) velar pelo cumprimento dos planos de actividades aprovados e das orientações superiormente dimanadas;
- e) elaborar e apresentar o plano de actividades a desenvolver e os relatórios das actividades desenvolvidas pelo Gabinete;
- f) zelar pelo cumprimento de todas as orientações e recomendações definidas pelo Ministro, Conselhos Directivo e Consultivo;
- g) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. Na ausência ou impedimento, o director do gabinete é substituído por um dos chefes de departamento por si indicado.

ARTIGO 5.º (Conselho Técnico)

1. O Conselho Técnico é o órgão consultivo do director ao qual compete:

- a) analisar, discutir e deliberar propostas para o melhor desempenho das actividades do Gabinete;
- b) analisar projectos, planos e relatórios periódicos de actividade do Gabinete;
- c) avaliar o grau de cumprimento dos planos e programas de actividades do Gabinete;
- d) recomendar medidas relacionadas com a organização, funcionamento e disciplina no Gabinete.

2. O Conselho Técnico é convocado e presidido pelo director e integra os chefes de departamento, técnicos superiores e médios.

3. Para além dos membros referidos no número anterior, podem participar das reuniões do Conselho Técnico outras entidades e técnicos que forem expressamente convidados pelo director.

4. O Conselho Técnico reúne-se de forma ordinária trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que for necessário mediante convocatória do director.

ARTIGO 6.º

(Departamento de Monitoria de Segurança Alimentar)

1. O Departamento de Monitoria de Segurança Alimentar é a estrutura do GSA encarregue de avaliar os níveis de segurança alimentar e elaborar programas de segurança alimentar e nutricional.

2. Ao Departamento de Monitoria de Segurança Alimentar compete, em especial:

- a) implementar o sistema de informação de segurança alimentar;
- b) capacitar e orientar metodologicamente os técnicos afectos ao sistema de informação de segurança alimentar e nutricional;
- c) desenvolver estudos para a caracterização das zonas de sustento;
- d) realizar análises, avaliações e estudos de caso sobre vulnerabilidade, segurança alimentar e nutricional;
- e) participar na realização de estudos de caso sobre vulnerabilidade, segurança alimentar e nutricional conduzido pelos diferentes sectores;
- f) avaliar os níveis de vulnerabilidade dos agregados familiares e elaborar programas de mitigação;
- g) fazer o mapeamento das zonas de vulnerabilidade;
- h) monitorar o grau de vulnerabilidade das populações vivendo com o VIH e SIDA, em situações de emergência e afectadas por calamidades naturais;
- i) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Monitoria de Segurança Alimentar é dirigido por um responsável, com o cargo de chefe de departamento e compreende a estrutura seguinte:

- a) Secção de Avaliação da Segurança Alimentar;
- b) Secção de Análise de Vulnerabilidade.

ARTIGO 7.º

(Secção de Avaliação da Segurança Alimentar)

1. À Secção de Avaliação da Segurança Alimentar compete, em especial:

- a) avaliar os níveis de insegurança alimentar e elaborar programas de segurança alimentar e nutricional;
- b) implementar o sistema de informação de segurança alimentar;
- c) capacitar e orientar metodologicamente os técnicos afectos ao sistema de informação de segurança alimentar e nutricional;
- d) desenvolver estudos para a caracterização das zonas de sustento;
- e) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Avaliação da Segurança Alimentar é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 8.º

(Secção de Análise de Vulnerabilidade)

1. À Secção de Análise de Vulnerabilidade compete, em especial:

- a) avaliar e analisar a situação de vulnerabilidade;
- b) avaliar os níveis de vulnerabilidade dos agregados familiares e elaborar programas de mitigação;
- c) fazer o mapeamento das zonas de vulnerabilidade;
- d) monitorar o grau de vulnerabilidade das populações vivendo com o VIH e SIDA em situações de emergência e afectadas por calamidades naturais;
- e) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Análise de Vulnerabilidade é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 9.º

(Departamento de Alerta Rápido)

1. O Departamento de Alerta Rápido é a estrutura do GSA encarregue de alertar os órgãos competentes, de forma atempada sobre todas as situações que possam afectar o modo e as condições de vida das populações nomeadamente, calamidades naturais, doenças e pragas, fraca produção agro-pecuária e outras.

2. Ao Departamento de Alerta Rápido compete, em especial:

- a) produzir de forma atempada a previsão da produção das culturas agro-alimentares, bem como relatórios regulares sobre a evolução da produção de alimentos por estações;
- b) produzir a folha de balanço alimentar a nível nacional, identificando as áreas de excedentes;
- c) estabelecer um sistema de seguimento que exerça o controlo do estado das principais culturas durante o seu crescimento e divulgar as tendências inerentes aos resultados da campanha agrícola;
- d) capacitar e orientar metodologicamente os técnicos afectos ao sistema de informação de segurança alimentar e nutricional;
- e) coordenar o sistema de recolha da informação agro-meteorológica com a participação de outros sectores e capacitar os técnicos afectos ao sistema;
- f) produzir periodicamente informações pertinentes sobre a situação agro- meteorológica do país, por região e suas consequências sobre os animais, culturas, pescas e o estado geral dos pastos;

- g) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Alerta Rápido é dirigido por um responsável, com o cargo de chefe de departamento e compreende a estrutura seguinte:

- a) Secção de Alerta Rápido;
b) Secção de Agro-Meteorologia.

ARTIGO 10.º
(Secção de Alerta Rápido)

1. À Secção de Alerta Rápido compete, em especial:

- a) produzir de forma atempada a previsão da produção das culturas agro-alimentares, bem como relatórios regulares sobre a evolução da produção de alimentos por estações;
b) produzir a folha de balanço alimentar a nível nacional, identificando as áreas de excedentes;
c) estabelecer um sistema de seguimento que exerça o controlo do estado das principais culturas durante o seu crescimento e divulgar as tendências inerentes aos resultados da campanha agrícola.

2. A secção de Alerta Rápido é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 11.º
(Secção de Agro-Meteorologia)

1. À Secção de Agro-Meteorologia compete, em especial:

- a) estabelecer redes climatológicas, hidrométricas e piezométricas;
b) realizar e participar em estudos de localização de rede de estações climatológicas, hidrométricas e piezométricas;
c) manter operacional o sistema de recolha de informação agrometeorológica;
d) produzir periodicamente informações pertinentes sobre a situação agro-meteorológica e o estado fenológico das culturas;
e) informar sobre a situação agro-meteorológica e as suas consequências sobre os animais, culturas, pescas e o estado geral dos pastos;
f) capacitar e orientar metodologicamente os técnicos afectos à rede agro-meteorológica do País;
g) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A secção de agro-meteorologia é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 12.º
(Departamento de Mercados e Preços)

1. O Departamento de Mercados e Preços é a estrutura do GSA encarregue de acompanhar a evolução do mercado e a sua contribuição para a segurança alimentar.

2. Ao Departamento de Mercados e Preços compete, em especial:

- a) estabelecer um sistema de monitoria de preços e de informações de mercados agrários, pecuários e pesqueiros e fazer a sua caracterização;
b) diagnosticar, monitorar e avaliar periodicamente a situação geral da comercialização, no tocante a produção, escoamento e armazenagem, perdas pós-colheitas, processamento incluindo necessidades industriais, rede comercial, mercado interno e externo;
c) monitorar, analisar e avaliar periodicamente o comportamento dos preços de produtos agro-pecuários, pesqueiros, de insumos, de transportação e o seu impacto no modo de vida das populações;
d) realizar estudos sócio-económicos sobre a dinâmica dos mercados e as implicações na segurança alimentar das populações;
e) realizar estudos e acompanhar a dinâmica/comportamento dos mercados regional e internacional e seu impacto no mercado nacional;
f) recolher informações sobre as importações e exportações dos produtos agro-pecuários e pesqueiros em todo o território nacional;
g) propor mecanismos que facilitem a constituição de reservas alimentares estratégicas do Estado;
h) realizar estudos e análises referentes às questões estruturais e conjunturais das políticas económicas sobre o agro-negócio;
i) propor a indicação de culturas prioritárias sujeita ao seguro rural;
j) elaborar boletins informativos sobre a oferta e demanda de produtos agro-alimentares e pesqueiros;
k) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Mercados e Preços é dirigido por um responsável com o cargo de chefe de departamento e compreende a estrutura seguinte:

- a) Secção de Monitoria de Preços;
b) Secção de Prospeccção de Mercado.

ARTIGO 13.º
(Secção de Monitoria de Preços)

1. À Secção de Monitoria de Preços compete, em especial:

- a) estabelecer um sistema de monitoria de preços de produtos agro-pecuários e pesqueiros;
b) monitorar, analisar e avaliar periodicamente o comportamento dos preços de produtos agro-pecuários, pesqueiros, de insumos, de

transportação e o seu impacto no modo de vida das populações;

c) recolher informações sobre as importações e exportações dos produtos agro-pecuários e pesqueiros em todo o território nacional;

d) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Monitoria de Preços é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 14.º

(Secção de Prospeção de Mercado)

1. À Secção de Prospeção de Mercado compete, em especial:

a) diagnosticar, monitorar e avaliar periodicamente a situação geral da comercialização, no tocante a produção, escoamento, armazenagem, perdas pós-colheitas, processamento incluindo necessidades industriais, rede comercial, mercado interno e externo;

b) realizar estudos sócio-económicos sobre a dinâmica dos mercados agro-pecuários e pesqueiros e as implicações na segurança alimentar das populações;

c) incentivar a criação de feiras de produtores e o estabelecimento de redes de comércio no meio rural;

d) propor a indicação de culturas prioritárias sujeita ao seguro rural;

e) propor mecanismos que facilitem a constituição de reservas alimentares estratégicas do Estado;

f) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Prospeção do Mercado é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 15.º

(Secretariado de Direcção)

1. O Secretariado de Direcção é a estrutura do GSA responsável pela coordenação e controlo das actividades administrativas.

2. Ao Secretariado de Direcção compete, em especial:

a) assegurar e classificar a documentação do Gabinete de Segurança Alimentar;

b) elaborar a documentação administrativa do Gabinete e manter o arquivo organizado e actualizado;

c) providenciar o material de consumo corrente para o bom funcionamento e execução das tarefas do Gabinete;

d) elaborar e manter actualizado o inventário do património afecto ao Gabinete;

e) controlar a assiduidade e elaborar a folha de efectividade do pessoal;

f) acompanhar o processo de avaliação dos funcionários do Gabinete, junto da Secretaria Geral;

g) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

3. O Secretariado de Direcção é dirigido por um responsável, com o cargo de chefe de secção.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

ARTIGO 16.º

(Competências dos chefes de departamento)

Ao chefe de departamento compete, em especial:

a) assegurar o cumprimento das tarefas fundamentais do departamento;

b) controlar a assiduidade e pontualidade dos funcionários;

c) elaborar periodicamente os planos de actividade dos respectivos departamentos e relatórios sobre o grau de cumprimento das mesmas;

d) assinar os termos de abertura e encerramento dos livros em uso nos respectivos departamentos;

e) decidir e tomar iniciativa sobre todas as tarefas já programadas e prestar contas do seu cumprimento ao respectivo director nacional;

f) dirigir, orientar e coordenar as actividades dos chefes de secção;

g) despachar com o respectivo director nacional;

h) elaborar trimestralmente o relatório de actividades do departamento;

i) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

ARTIGO 17.º

(Competências dos Chefes de Secção)

Ao chefe de secção compete, em especial:

a) assegurar o cumprimento das tarefas cometidas à secção e controlar a sua execução;

b) dirigir e coordenar os trabalhos da secção respondendo pelo seu cumprimento;

c) despachar com o chefe de departamento da respectiva área;

d) manter disciplina na secção;

e) controlar a pontualidade e assiduidade dos funcionários da secção;

f) elaborar periodicamente os planos de actividade da secção e respectivos relatórios;

g) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

ARTIGO 18.º

(Quadro de pessoal)

1. O quadro de pessoal do Gabinete de Segurança Alimentar é o constante do anexo I ao presente regulamento, do qual é parte integrante.

2. Por Despacho do Ministro da Agricultura, sob proposta do Director do Gabinete de Segurança Alimentar, podem ser contratados técnicos de comprovada competência para intervirem em assuntos pontuais de atribuição deste Gabinete.

ARTIGO 19.º
(Organograma)

O organograma do Gabinete de Segurança Alimentar é o que consta do Anexo II ao presente regulamento interno, do qual é parte integrante.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*

ANEXO I

**Quadro de pessoal a que se refere o artigo 18.º
do regulamento interno que antecede**

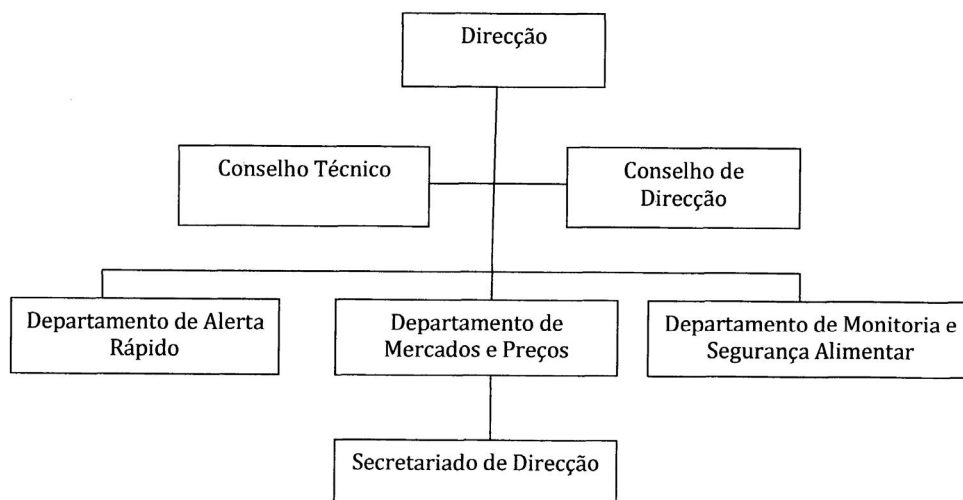
Quadro de Pessoal	Cargo/Categoria	N.º de Lugares
Direcção e Chefia	Director Nacional	1
	Chefe de Departamento	3
	Chefe de Secção	6
Técnico Superior	Assessor Principal	1
	Primeiro Assessor	2
	Assessor	3
	Técnico Superior Principal	3
	Técnico Superior de 1.ª Classe	6
	Técnico Superior de 2.ª Classe	4
	Técnico Superior de 3.ª Classe	
Técnico	Especialista de 1.ª Classe	
	Especialista de 2.ª Classe	
	Técnico de 1.ª Classe	
	Técnico de 2.ª Classe	
	Técnico de 3.ª Classe	2

Quadro de Pessoal	Cargo/Categoria	N.º de Lugares
Técnico médio	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	4
	Técnico Médio Principal de 2.ª Classe	3
	Técnico Médio Principal de 3.ª Classe	3
	Técnico Médio de 1.ª Classe	2
	Técnico Médio de 2.ª Classe	4
	Técnico Médio de 3.ª Classe	4
Administrativo	Oficial Administrativo Principal	
	Primeiro Oficial	1
	Segundo Oficial	1
	Terceiro Oficial	1
	Aspirante	
	Escriturário-Dactilógrafo	
	Tesoureiro Principal	
	Tesoureiro de 1.ª Classe	
	Tesoureiro de 2.ª Classe	
Auxiliar	Motorista de Pesados Principal	
	Motorista de Pesados de 1.ª Classe	
	Motorista de Pesados de 2.ª Classe	2
	Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe	-
	Motorista Ligeiros de 2.ª Classe	
	Telefonista Principal	-
	Telefonista de 1.ª Classe	
	Telefonista de 2.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo Principal	
	Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe	
	Auxiliar de Limpeza Principal	1
	Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe	
	Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe	
Operário Qualificado	Encarregado	
	Operário Qualificado de 1.ª Classe	
	Operário Qualificado de 2.ª Classe	1

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

ANEXO II

**Organograma do Gabinete de Segurança Alimentar a que se refere o artigo 19.º
do regulamento interno que antecede**



O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.